

São Paulo, 21 de Julho de 2026.

ANEXO I**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Toda legislação e jurisprudência, incluindo legislações complementares, devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários). 2. Sinônimos e antônimos. 3. Sentido próprio e figurado das palavras. 4. Pontuação. 5. Ortografia. 6. Acentuação. 7. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. 8. Vícios e figuras de linguagem. 9. Concordância verbal e nominal. 10. Regência verbal e nominal. 11. Colocação pronominal. 12. Crase.

RACIOCÍNIO LÓGICO: 1. Compreensão de estruturas lógicas. 2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3. Diagramas lógicos. 4. Princípios de contagem e probabilidade. 5. Sequências.

ATUALIDADES: 1. Notícias nacionais e internacionais veiculadas pela imprensa nacional escrita e falada a partir do segundo semestre de 2025 até a publicação deste Edital.

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO: 1. Constituição Federal: Título II, Capítulos I, II, III e IV; Título III, Capítulo VII, Seções I e II; Título IV, Capítulo IV, Seção I; 2. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências; 3. Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo - Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, artigos 1 a 9; 43 a 48; 59 a 75.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992; 2. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo - Lei Estadual nº 10.261/68, de 28 de outubro de 1968: artigos 241 a 263.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015: artigos 1,2 e 3; 2. Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do CNMP; 3. Resolução nº 225 do CNJ, de 31 de maio de 2016, artigos 1, 2, 4, 7 e 8; 4. Resolução nº 125 do CNJ, de 29 de novembro de 2010, artigos 1, 2, 5, 6, Capítulo III, Seção II (dos arts. 8 ao 11).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) Conceitos, histórico, definição e objetivos da terapia ocupacional; 2) Modelos de terapia ocupacional: positivista, humanista e materialista-histórico; 3) Processo de terapia ocupacional: avaliação, recursos terapêuticos, modelo de atuação, materiais e instrumentais; 4) Terapia ocupacional e as psicoterapias: psicodinâmica e Junguiana; 5) Abordagem individual e em grupo; 6) Princípios e fundamentos da ocupação terapêutica; 7) Ocupação como forma de tratamento; 8) Terapia ocupacional na área da infância e adolescência aplicada à deficiência intelectual e aos distúrbios globais de desenvolvimento: bebês de alto risco e crianças com retardo neuropsicomotor; 9) Serviços de assistência no contexto das políticas públicas nacionais da pessoa com deficiência; 10) Terapia ocupacional aplicada às deficiências intelectuais; 11) Terapia ocupacional aplicada às deficiências físicas;

12) Terapia ocupacional aplicada às deficiências auditivas; 13) Terapia ocupacional aplicada às deficiências visuais; 14) Terapia ocupacional aplicada à surdocegueira; 15) Saúde e trabalho; 16) Trabalho como recurso de terapia ocupacional; 17) Noções de psicopatologia geral; 18) Área de atuação – Saúde mental; 19) Área de atuação – habilitação e reabilitação; 20) Noções de nosologia psiquiátrica. Transtornos psiquiátricos e suas manifestações sintomáticas; 21) Contextos da assistência terapêutica ocupacional: hospital psiquiátrico especializado, unidade psiquiátrica em hospital geral, Hospital Dia – HD, Unidade Básica de Saúde – UBS, ambulatório, oficina, abrigada, centros de convivência e programas comunitários; 22) Integralidade do cuidado no hospital e sua interlocução com a rede de serviços sociais e de saúde; 23) Terapia ocupacional no contexto escolar e com jovens infratores; 24) Contextos de assistência em terapêutica ocupacional: métodos, objetivos, indicações e limitações; 25) Terapia ocupacional psicossocial: reabilitação, reprofissionalização e reinserção social; 26) Terapia ocupacional e paralisia cerebral: definição, transtornos, avaliação e tratamento. Tratamento terapêutico ocupacional nas áreas de neurologia: traumato-ortopedia e reumatologia. Terapia ocupacional na área neuromusculoesquelética. Habilidades motoras gerais; 27) Terapia ocupacional aplicada à deficiência mental; 28) Modalidades de tratamentos biológicos e psicológicos atuais: indicações, limitações, antagonismo e sinergismos; 29) Ergoterapia e a assistência asilar; 30) Responsabilidades e atribuições do profissional de terapia ocupacional: sigilo e compromisso com atualização do conhecimento; 31) Tendências e perspectivas atuais da terapia ocupacional. Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS e Ética Profissional. 32) Terapia Ocupacional aplicada na saúde e bem-estar ocupacional, qualidade de vida no trabalho e desempenho humano.

ANEXO II

CRONOGRAMA PROVISÓRIO

Eventos	Horários e Datas
1. Período de inscrição para todos os candidatos interessados em realizar o Concurso.	Das 8 horas de 29/07/2026 às 23h59 de 08/09/2026
2. Prazo para pagamento da taxa de inscrição.	Até 09/09/2026
3. Período para os candidatos solicitarem os pedidos de isenção ou redução da taxa de inscrição.	Das 8 horas de 29/07/2026 às 23h59 de 30/07/2026
4. Período para anexar por meio de upload a documentação referente aos pedidos de isenção e redução da taxa de inscrição.	Até às 23h59 de 31/07/2026
5. Divulgação do resultado do deferimento e indeferimento do pedido de isenção e redução da taxa de Inscrição.	18/08/2026